

# ELABORAÇÃO DO MAPA DE RISCOS NO REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA “CASSULO DE MELLO” DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

RISK MAP DEVELOPMENT AT THE "CASSULO DE MELLO" MOUNTED  
POLICE REGIMENT OF THE MILITARY POLICE OF PARÁ

Ciências Sociais Aplicadas • 14/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778646639](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778646639)

---

Eder Favacho Jacques

Paulo Afonso Barbosa da Conceição Junior

Robson Alan da Costa Guedes

Madson Douglas de Brito Oliveira

---

## RESUMO

A atividade de policiamento montado apresenta características próprias que a distinguem de outras modalidades. Além dos riscos inerentes à própria profissão de policial militar, há perigos adicionais ligados diretamente à lida com o cavalo, elemento central da rotina de um quartel de cavalaria. Dessa forma, o objetivo deste artigo foi identificar os fatores de risco ocupacionais, associados aos processos realizados nas atividades equestres do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" da PMPA. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por meio de pesquisa de campo, estruturada com base em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, sem desconsiderar o uso complementar de elementos quantitativos. Como estratégia de investigação, adotou-se o estudo de caso, por se tratar de método adequado ao exame aprofundado de uma realidade específica. Os resultados apontam para o lócus pesquisado possui um efetivo de 114 policiais militares e 71 cavalos, localizado na região metropolitana de Belém do Pará. É encarregado da execução do policiamento ostensivo preventivo. Com relação a acidentes no ambiente laboral a pesquisa documental identificou que os tipos de acidentes registrados no ambiente de trabalho 80,2% dos policiais militares já tiveram quedas, 76,7% já tiveram mordidas e 62,8% coices, entre outros. Ao finalizar a presente pesquisa, foi possível constatar a presença de diversos riscos ambientais nas atividades desenvolvidas no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", os quais podem comprometer a integridade física e a saúde dos policiais militares, além de gerar impactos institucionais e custos significativos para a Polícia Militar do Pará.

**Palavras-chave:** Cavalos; Policiamento Montado; Risco ocupacional; Saúde do Policial Militar; Acidentes de trabalho.

## **ABSTRACT**

Mounted policing activity has specific characteristics that distinguish it from other modalities. In addition to the risks inherent to the police profession itself, there are additional dangers directly related to handling the horse, the central element of a cavalry barracks' routine. Thus, the aim of this article was to identify occupational risk factors associated with the processes carried out in the equestrian activities of the "Cassulo de Mello" Mounted Police Regiment of the PMPA. This research was conducted through fieldwork, structured on a qualitative approach, of a descriptive and exploratory nature, without disregarding the complementary use of quantitative elements. As an investigation strategy, a case study was adopted, since it is an appropriate method for an in-depth examination of a specific reality. The results indicate that the locus studied has a strength of 114 military police officers and 71 horses, located in the metropolitan region of Belém do Pará. It is charged with carrying out preventive ostensive policing. Regarding workplace accidents, documentary research identified that among the types of accidents recorded in the work environment, 80.2% of the military police officers had experienced falls, 76.7% had been bitten, and 62.8% had been kicked, among others. At the conclusion of this research, it was possible to verify the presence of various environmental risks in the activities developed at the "Cassulo de Mello" Mounted Police Regiment, which can compromise the physical integrity and health of the military police officers, as well as generate institutional impacts and significant costs for the Military Police of Pará.

**Keywords:** Horses; Mounted Policing; Occupational Risk; Military Police Officer Health; Work Accidents.

## **1. INTRODUÇÃO**

A origem do cavalo remonta a aproximadamente 55 milhões de anos, no período geológico do Eoceno. Naquela época, o animal se apresentava como uma pequena criatura de cerca de 36 centímetros de altura, denominada Eohipo, e habitava regiões pantanosas da Ásia e da América do Norte (Bondaruk, 2005).

Com o avanço da mecanização, o cavalo perdeu espaço nos transportes e nas forças armadas, deixando de ser usado em combates e no deslocamento de suprimentos e equipamentos, conforme observado por Sartório (2005). Contudo, Barbosa (2019) destaca que as deficiências estruturais de muitas localidades ainda exigem o emprego de tropas especializadas de cavalaria.

Essas tropas oferecem excelente capacidade de visualização e, por serem de rápido acionamento, atuam em situações diversas, que vão desde a segurança em shows e grandes eventos esportivos até o apoio em reintegrações de posse. Estudos mais recentes, como o de Benício (2020) e o de Jesus Bachur (2022), reforçam que o policiamento montado mantém relevância estratégica em eventos de grande público e em praças desportivas, enquanto Silva et al. (2025) apontam sua eficácia no controle de distúrbios civis durante megaeventos no estado do Amazonas.

A atividade de policiamento montado apresenta características próprias que a distinguem de outras modalidades. Além dos riscos inerentes à própria profissão de policial militar, há perigos adicionais ligados diretamente à lida com o cavalo, elemento central da rotina de um quartel de cavalaria.

Nesse contexto, Santos Oliveira e Santos (2020) afirmam que a proteção do policial no ambiente laboral precisa ser prioridade nas

políticas públicas, uma vez que o bom desempenho das atividades de segurança pública depende diretamente das condições de trabalho dos agentes, o que se relaciona à sua satisfação e motivação. Esses autores acrescentam que a negligência nessa área se reflete no aumento de incidentes e acidentes, no absenteísmo, na rotatividade, na deterioração das relações interpessoais e na degradação do clima laboral.

Pesquisas conduzidas por Bento, Matoski e Catai (2014), Castro, Rocha e Cruz (2019), Santos (2021) e Macena et al. (2022) convergem para um ponto comum: a evolução das relações de trabalho tornou indispensável o desenvolvimento de ações voltadas à redução de custos, ao aperfeiçoamento dos processos e ao aumento da produtividade. Independentemente do contexto da atividade laboral, o policial está sujeito a posturas inadequadas na execução de certas tarefas. A longo prazo, essas posturas podem acarretar prejuízos à saúde, como as Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho (DORT) e o adoecimento psicoemocional.

Freitas e Barbosa (2021), em análise ergonômica de postos policiais, identificaram fatores que agravam esses quadros, enquanto Guimarães (2025) estabeleceu relação direta entre condições de trabalho e dores musculoesqueléticas em policiais militares.

Na mesma direção, o trabalho de Silva et al. (2019) investigou o conhecimento sobre as condições de saúde de policiais militares lotados em uma Companhia Independente. Os resultados demonstraram que, para o exercício de qualquer função, o trabalhador precisa estar saudável e seguro quanto aos fatores nocivos presentes no ambiente. Esses fatores incluem agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais, além de

condições de bem-estar preservadas, como acesso a assistência médica, transporte e alimentação adequada.

A presente pesquisa, então, aborda uma das atividades ocupacionais mais antigas e peculiares realizada diariamente pela Polícia Militar do Pará (PMPA): o patrulhamento ostensivo montado.

Ressalte-se que o presente artigo está inserido no âmbito das atribuições constitucionais e legais da PMPA, contemplando tanto as atividades-fim da Corporação consubstanciadas no policiamento ostensivo montado, modalidade operacional voltada à preservação da ordem pública, ao controle de distúrbios civis, à segurança em grandes eventos e ao apoio em reintegrações de posse quanto as atividades-meio, concernentes à gestão de pessoas, à segurança do trabalho, à promoção da saúde ocupacional e ao bem-estar dos policiais militares no desempenho de suas funções administrativas e operacionais.

Dessa forma, o estudo está diretamente alinhado à missão institucional da PMPA de garantir a segurança pública com excelência, evidenciando que a eficiência operacional é indissociável das condições laborais oferecidas aos seus agentes, seja na atividade-fim (patrulhamento, combate direto à delinquência), seja na atividade-meio (gestão de riscos ocupacionais, capacitação, logística e saúde do trabalhador).

Nessa dinâmica, Junior (2023) ressalta que a gestão de segurança do trabalho em batalhões da Polícia Militar é essencial para reduzir acidentes ocupacionais e chama a atenção para os fatores de risco específicos na preservação da ordem pública por essa instituição.

A justificativa deste estudo baseia-se na necessidade de construir conhecimento sobre a proteção da saúde e a segurança do ambiente laboral no Regimento de Polícia Montada da PMPA. Torna-se relevante levantar os processos de trabalho dos policiais militares que atuam nessa unidade especializada, especialmente no que diz respeito às peculiaridades e aos riscos da lida diária com os cavalos.

O objetivo é buscar a prevenção ou a diminuição da ocorrência de acidentes, melhorando a autoestima do policial e, conseqüentemente, o emprego dessa tradicional e eficaz modalidade de policiamento. Procópio e Oliveira (2025) destacam os desafios da saúde e segurança do trabalho nas instituições de segurança pública mineiras, contexto similar ao paraense.

Ademais, Jorge et al. (2013) estudaram indicadores biológicos em equinos de policiamento montado no Rio de Janeiro, evidenciando a necessidade de monitoramento das condições dos animais.

Pretende-se, dessa forma, trazer uma contribuição para o Sistema de Segurança Pública ao realizar uma abordagem sobre os riscos ocupacionais dos policiais militares que atuam no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello". Esses profissionais precisam estar preparados para o exercício diário do patrulhamento montado, para o combate direto a ações delituosas e também para imprevistos ligados às atividades extremamente arriscadas que desempenham.

Xavier e Blum (2025) discutem a gestão operacional mais eficiente entre policiamento ostensivo geral e especializado, incluindo a cavalaria, enquanto Moraes e Paula Cochek (2026) analisam

estratégias de policiamento em grandes eventos de acesso gratuito, onde a tropa montada frequentemente se faz presente. Jesus Bachur (2022) aponta para a ideia de que o emprego conjunto da cavalaria e da tropa de choque no controle de distúrbios civis como uma prática consolidada.

A partir dessas considerações, formulou-se a seguinte questão problema: Quais os fatores de risco ocupacionais, associados aos processos realizados nas atividades equestres do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" da PMPA?

Dentro dessa dinâmica, elaboraram-se as questões norteadoras da pesquisa: a) Quais são os processos operacionais e de suporte realizados diariamente no Regimento, e como se estruturam em termos de etapas sequenciais, fluxos de trabalho, equipamentos utilizados, insumos empregados e interações com os animais e as instalações? b) Quais as principais causas e tipos de acidentes equestres envolvendo policiais e cavalos que atuam no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" da PMPA? c) Quais alternativas podem ser adotadas pelo setor da PMPA responsável pelos programas de promoção da saúde, qualidade de vida e segurança para incluir, de forma efetiva, os riscos ocupacionais do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" da PMPA?

Para alcançar esse objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os processos operacionais e de suporte realizados diariamente no equestres Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" da PMPA, e como se estruturam em termos de etapas sequenciais, fluxos de trabalho, equipamentos utilizados, insumos empregados e interações com os animais e as instalações; b) Identificar e classificar, em cada etapa dos processos



mapeados, os fatores de risco físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos presentes, com base em observação sistemática e em checklists técnicos; c) promover a reflexão sobre as alternativas para o setor da PMPA envolvido em programas de promoção da saúde, qualidade de vida e segurança incluïrem os riscos ocupacionais do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello"da PMPA.

Com base na questão problema, definiu-se o objetivo geral: identificar os fatores de risco ocupacionais, associados aos processos realizados nas atividades equestres do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello"da PMPA.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Risco Ocupacional**

Todo e qualquer perigo ao qual os trabalhadores de uma organização estão expostos em seu cotidiano de trabalho é visto como risco ocupacional. A palavra "Risco" precisa ser compreendida antes de tratarmos de suas naturezas ambientais e ocupacionais. Usaremos a definição trazida por

Porto (2000, p. 8) que conceitua risco como sendo:

*[...] toda e qualquer possibilidade de que algum elemento ou circunstância existente num dado processo e ambiente de trabalho possa causar danos à saúde, seja através de acidentes, doenças ou do sofrimento dos trabalhadores, ou ainda através da poluição ambiental.*

Segundo Santos Madaloz (2025), o estudo do risco é fundamental à medida que a percepção do risco influencia o comportamento e o grau de precaução das ações dos indivíduos frente a situações que possam ocasionar lesões e/ou acidentes.

Nessa dinâmica, Chaves Martins e Teixeira Santos (2023), ensinam que o desenvolvimento de um mapa de risco ocupacional permite compreender, diagnosticar e promover as soluções dos problemas, contribuindo com a eliminação e/ou controle dos riscos detectado.

Historicamente, no Brasil, o mapa de risco foi instituído pelo Ministério do Trabalho e da Administração através da Portaria nº05 em 17 de agosto de 1992 (BRASIL, 1992) tratando da obrigatoriedade de sua elaboração em empresas com certo grau de risco e um número de empregados que exige a criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Posteriormente, o instrumento passou a constar como anexo IV da NR-05, por meio da Portaria nº 25 de 29 de dezembro de 1994.

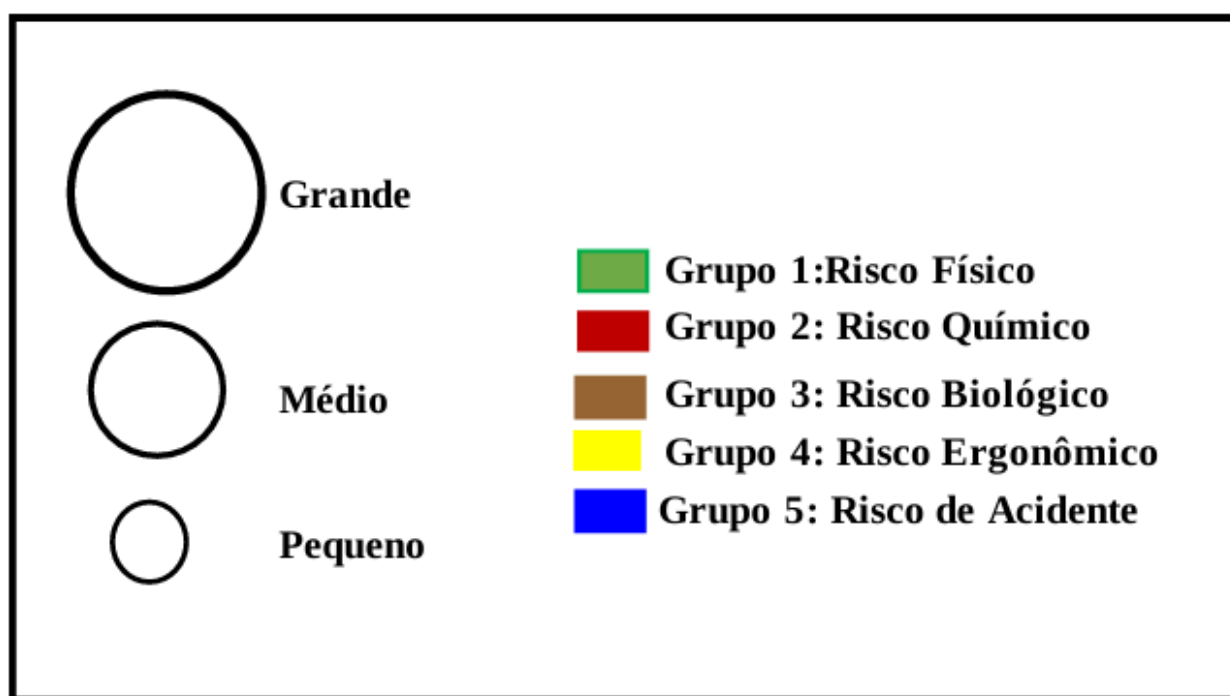
De acordo com a Norma Regulamentadora de número 5 (NR-05), o mapa de risco serve para conscientização e informação dos trabalhadores através da fácil visualização dos riscos existentes na

empresa, reunir as informações entre os trabalhadores, bem como estimular a sua participação nas atividades de prevenção. (BRASIL,1994).

Para Clemente, Oliveira e Leite (2018), o mapeamento de riscos ambientais é uma técnica empregada para coletar o maior número de informações sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho. O Mapa de Riscos permite fazer um diagnóstico da situação de segurança e saúde nas empresas, com a finalidade de estabelecer medidas preventivas.

No mapa de risco, os riscos são representados e indicados por círculos de três tamanhos diferentes e de diferentes cores (Figura 1), possuindo informações sobre os tipos e os níveis de riscos presentes em cada ambiente capaz de causar prejuízos a saúde de seus usuários.

**Figura 1:** Indicadores de níveis de riscos



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2026

Dessa forma, pode-se considerar risco como qualquer situação que possa trazer dano ou prejuízo à saúde de algum indivíduo em um determinado espaço. Para a pesquisa, trataremos riscos com ambientais e ocupacionais sendo físicos, biológicos, acidentais, químicos e ergonômicos, seguindo a NR 9.

A NR 9 (2014) fala em seu parágrafo 9.1.5, que riscos ambientais: os agentes físicos, químicos e biológicos presentes nos ambientes de trabalho. Nesse caso, não basta apenas a existência do risco, mas também sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição que possam causar algum dano à saúde do trabalhador.

Ainda segundo a NR 9 (MTE, 2014) pode-se dizer que:

*9.1.5.1 Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infra-som e o ultrassom.*

*9.1.5.2 Consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.*

*9.1.5.3 Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros (NR9, 2014, p. 1)*

A portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994 da presente NR, trazia em anexo uma tabela ilustrativa que apresentava mais dois riscos: o ergonômico e o risco de acidentes. Tais riscos não são ressaltados na NR atualizada no ano de 2014, mas são aspectos ainda estudados por vários autores quando se fala de riscos ocupacionais.

Nesse caso, também levou-se em consideração, pois são riscos encontrados no nosso ambiente de estudo e julgados necessários para a elaboração do mapa de risco. Para entendermos melhor, apresenta-se a seguir, um Quadro disponibilizado na portaria:

**Quadro 1:** Classificação dos principais riscos ocupacionais em grupos, de acordo com a sua natureza e a padronização das cores correspondentes

Riscos Físicos (Verde)	Riscos Químicos (Vermelho)	Riscos Biológicos (Marrom)	Riscos Ergonômicos (Amarelo)	Riscos de Acidentes (Azul)
Ruídos	Poeiras	Bactérias	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Fungos	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Pressões anormais	Névoas	Bacilos	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Temperaturas extremas	Nebulinas	Parasitas	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Radiações ionizantes	Gases	Protozoários	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Radiações não ionizantes	Vapores	Vírus	Trabalhos em turnos: diurno e noturno	Probabilidade de incêndio ou explosão
Infra-som	-	-	Jornada de trabalho prolongada	Armazenamento inadequado
Ultra-som	-	-	Monotonia e repetitividade	Animais peçonhentos
-	-	-	Outras situações causadoras de estresse físico ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

**Fonte:** Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994

Conforme o Quadro 1, pode-se definir os riscos ocupacionais segundo Luciano et al. (2020) mencionam todos os riscos pontuados no quadro acima, falando que riscos físicos são ocasionados por agentes que modificam as características físicas do meio ambiente e causarão agressões em quem estiver presente.

Luciano et al. (2020) ensinam que os riscos químicos modificam a composição química do meio ambiente e podem atingir pessoas quem não estejam em contato direto, provocando lesões imediatas,

como doenças. Os riscos biológicos ocorrem quando tem a introdução de seres vivos, especialmente micro-organismos como: vírus, bacilos, bactérias, etc., potencialmente nocivos ao ser humano.

Ainda na mesma linha de pensamento de Saliba (2023) com a portaria de 1994, os riscos ergonômicos são riscos provocados por máquinas ou alguns métodos, que por ventura, são inadequadas as limitações dos seus usuários. Saliba (2023) afirma também sobre os riscos de acidentes, os autores denominam como riscos mecânicos e afirmam ser aqueles provocados quando o agente tem um contato físico direto com a vítima para manifestar sua nocividade.

Portanto, pode-se dizer que é importante analisar as questões legais em relação aos riscos identificados, assim sempre consultar as normas regulamentadoras, normas técnicas e, etc. A avaliação dos riscos para elaboração do Mapa de Risco é qualitativa, ou seja, é um procedimento subjetivo resultado a partir de informações sem envolver medições.

## **2.2. Saúde e Segurança do Policiamento Montado**

A atividade policial está imersa em realidades com recorrentes exposições a contratempos, onde os policiais militares dos diversos estados brasileiros são submetidos a altas doses de estresse, lidam com acidentes, violências, pautadas na obrigação constitucional do Estado oferecer aos cidadãos a segurança, preconizada no caput do Art. 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Sobre essa questão, Benício (2020), ao propor um manual de policiamento montado em eventos, afirma que se a ordem pública for abalada, é dever do Estado interferir, ou seja, nessas ações são utilizadas, ordinariamente, tropas a pé, sendo que a tropa montada é

aplicada, em alguns países, como elemento de apoio às outras tropas.

Por outro lado, a pesquisa de Abreu (2017) versou sobre a qualidade de vida dos policiais militares que atuam no 2º Regimento de Polícia Montada de Santana do Livramento no Rio Grande do Sul e constatou que esses atores sociais são submetidos à ambientes hostis, inóspitos e enfrentando perigos constantes, pondo em risco sua própria vida em prol da sociedade, mas também fatores adversos, como ambientais, organizacionais, econômicos dentre outros que causam o estresse.

### **2.3. Mapa de Riscos**

Com base na classificação dos riscos, é possível elaborar um Mapa de Riscos Ambientais. Chaves Martins e Teixeira Santos (2023) descrevem esse mapa como uma representação gráfica na qual se empregam círculos de tamanhos e cores diferentes, conforme a intensidade e as categorias de riscos encontradas nos ambientes de trabalho.

Lermen et al. (2016) demonstram que a elaboração do mapa de risco em indústrias de biossegurança permite visualizar praticamente os agentes presentes. Clemente, Oliveira e Leite (2018) afirmam que o mapeamento de riscos ambientais constitui uma técnica para reunir o máximo de informações sobre os riscos existentes no ambiente laboral, possibilitando um diagnóstico da situação de segurança e saúde nas empresas com vistas ao estabelecimento de medidas preventivas.

Velasco e Molina (2020) confirmam que o mapa de risco é um instrumento eficaz para a identificação de riscos ocupacionais.



Martins e Santos (2023) destacam que a sinalização, representada no mapa de risco por círculos de cores e tamanhos diferenciados de acordo com o tipo de risco, deve ser afixada em local de maior visibilidade dentro do ambiente de trabalho.

Conforme a NR-9 atualizada pela Portaria MTE nº 1.471/2014, a construção civil apresenta riscos físicos, químicos e biológicos, além dos ergonômicos e de acidentes, cada qual com sua cor de classificação. O mapa de risco é construído a partir da planta baixa do local, indicando em cada setor, por meio de círculos de diferentes tamanhos e cores, os riscos presentes e sua respectiva intensidade. Ele deve ficar afixado em local de fácil acesso aos trabalhadores para que tomem conhecimento e se conscientizem dos agentes a que estão expostos. Dessa forma, o Mapa de Riscos configura uma das modalidades mais simples de avaliação qualitativa nos locais de trabalho, permitindo facilmente elaboração e visualização.

Trata-se de um instrumento participativo, elaborado pelos próprios trabalhadores com base em suas sensibilidades, sendo então divulgado ao conjunto dos funcionários da empresa. Júnior e Oliveira (2024) ilustram essa abordagem ao descreverem a elaboração de mapas de riscos em laboratórios de engenharia elétrica, e Nascimento et al. (2019) associam a ausência de mecanismos de autocuidado à maior exposição aos perigos em centros de material e esterilização.

Conforme Barsano, Barbosa e Soares (2014), o mapa de risco é uma ilustração visual encontrada nos ambientes laborais, destinada a mostrar os elementos que podem impactar a saúde ou comprometer a segurança dos trabalhadores. Esses elementos podem ser derivados de distintos aspectos dos processos de

trabalho, como: materiais, arranjos físicos, organização e equipamentos, entre outros. O principal propósito desse mapa é avaliar os riscos, informar e conscientizar sobre eles, estabelecendo assim estratégias preventivas e de segurança.

Diante disso, o mapa de risco deve incluir o máximo de informações detalhadas possíveis, com o intuito de compreender o processo de trabalho no ambiente em questão, identificar os riscos existentes, reconhecer os indicadores de saúde e elaborar o mapa com base no layout do espaço de trabalho, usando círculos de tamanhos variados conforme a gravidade dos riscos. Após sua elaboração e aprovação pela CIPA, o mapa deve ser afixado em cada área analisada e apresentado de forma clara e acessível (SANTOS et al., 2019.).

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com apoio complementar de elementos quantitativos, quando necessário à caracterização do ambiente observado. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em profundidade, considerando suas particularidades e significados no contexto em que ocorrem, sem depender exclusivamente de tratamento estatístico.

Quanto à sua finalidade, a investigação caracteriza-se como descritiva, por buscar retratar as condições existentes no ambiente analisado, identificando suas características e relacionando-as ao problema de pesquisa. Nesse sentido, Gil (2025) afirma que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinada realidade ou fenômeno. Além disso,

o estudo possui caráter exploratório, uma vez que proporciona maior aproximação com o objeto investigado, permitindo ampliar a compreensão sobre a temática e subsidiar análises posteriores mais aprofundadas (Gil, 2025).

Como procedimento técnico, adotou-se o estudo de caso, por se tratar de estratégia metodológica adequada à análise detalhada de uma realidade específica, inserida em seu contexto concreto. De acordo com Yin (2015), o estudo de caso possibilita o levantamento aprofundado de informações sobre determinado fenômeno, considerando as evidências observadas no ambiente investigado. Nessa perspectiva, o estudo foi realizado no Regimento de Polícia Montada “Cassulo de Mello”, da Polícia Militar do Pará, tendo como foco os ambientes e processos de trabalho observáveis no local.

A produção dos dados ocorreu exclusivamente por meio de visitas técnicas in loco, com utilização da observação direta e sistemática das atividades, dos espaços físicos e das condições ambientais relacionadas à saúde e à segurança ocupacional. Ressalta-se que não foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários ou qualquer outra forma de coleta de dados com participação dos policiais militares. Desse modo, a análise limitou-se aos elementos passíveis de identificação objetiva durante as visitas, a partir da observação dos processos desenvolvidos no regimento, condições materiais do ambiente e levantamento dos dados internos quantitativos sobre o número, tipos e locais de acidentes ocorridos no Regimento de Polícia Montada “Cassulo de Mello”, quais sejam: pavilhão de baias, área de banho e secagem dos equinos, pista de saltos, piquetes de soltura dos equinos, pista de distensão (aquecimento), ferradoria, picadeiro coberto e enfermaria.

Durante as visitas técnicas, foram levantadas informações referentes à organização física dos setores, à disposição dos equipamentos e materiais, à circulação interna, às condições estruturais e aos possíveis agentes de risco presentes no ambiente. Também foram realizadas as medições necessárias para a elaboração da planta baixa da área estudada, instrumento fundamental para a posterior representação gráfica dos riscos identificados.

Para a elaboração do mapa de riscos, foram observados os critérios estabelecidos no Anexo IV da Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a representação gráfica dos riscos ambientais nos locais de trabalho. A partir das observações realizadas em cada setor examinado, procedeu-se ao levantamento e à classificação dos riscos conforme sua natureza e intensidade, adotando-se as categorias tradicionalmente utilizadas no mapeamento ocupacional: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos/de acidentes.

Além da identificação dos riscos, buscou-se verificar, com base exclusivamente na observação do ambiente, a existência de medidas preventivas e de controle, tais como equipamentos de proteção coletiva, equipamentos de proteção individual disponíveis no local, condições de higiene, organização do espaço, sinalização, acessibilidade e aspectos relacionados ao conforto e à segurança das atividades desenvolvidas. Contudo, não foi possível avaliar a percepção dos trabalhadores sobre tais medidas, em razão da ausência de entrevistas e da não participação dos policiais militares na pesquisa.

Assim, a metodologia adotada permitiu construir um diagnóstico técnico fundamentado nas condições observadas durante as visitas,

possibilitando a elaboração de um instrumento voltado ao reconhecimento dos riscos ocupacionais existentes no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" e ao planejamento de ações preventivas destinadas à promoção da saúde e da segurança no ambiente de trabalho.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Lócus Pesquisado**

O Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" é a unidade da Polícia Militar do Estado do Pará, de emprego de homens e cavalos, subordinada ao Comando de Missões Especiais da PMPA – CME, e conseqüentemente, subordinada ao Departamento Geral de Operações da PMPA – DGO, por força da Lei Complementar nº 093 de 14 de janeiro de 2014 Lei de Organização Básica (LOB) da Polícia Militar do Pará (PARÁ, 2014).

Atualmente, o Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" possui um efetivo de 114 policiais militares e 71 cavalos, localizado na região metropolitana de Belém do Pará. É encarregado da execução do policiamento ostensivo preventivo (Figura 2), e quando necessário repressivo, na região metropolitana de Belém, porém, não possuindo limitações quanto à sua área de atuação, podendo ser empregado em todo o território do Estado do Pará.

**Figura 2:** Policiamento ostensivo preventivo realizado pelo Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello"



**Fonte:** @cavalariapmpaoficial, 2026<sup>[1]</sup>

Importante acrescentar que o policiamento ostensivo preventivo executado pelo Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" desempenha um papel importante tanto nas atividades meio quanto nas atividades fim da PMPA. Ao fortalecer a presença policial em áreas estratégicas, contribui para a dissuasão criminal e o aumento da segurança pública (atividade fim), ao mesmo tempo que assegura o apoio logístico e a proteção de instalações em operações administrativas (atividade meio), otimizando a eficiência global da corporação.

Corroborando este cenário, Paschoal (2022), que discute os reflexos institucionais, desafios e ameaças relacionados à atividade-fim da Polícia Militar, é possível estabelecer um diálogo relevante com o papel desempenhado pelo policiamento montado, especificamente o Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" da Polícia Militar do Pará (PMPA). Paschoal (2022) enfatiza que "a polícia militar como Instituição se impõe na sociedade atual, como instrumento de proteção e garantia das liberdades individuais e coletivas, exigindo

preparação e atuação alinhadas à sua missão constitucional de preservação da ordem pública.

Nesse sentido, entende-se que o policiamento ostensivo preventivo executado por unidade montada revela-se estratégico ao conciliar duas dimensões essenciais: a atividade-fim, diretamente voltada à segurança do cidadão, e a atividade-meio, que garante suporte logístico e administrativo à corporação.

No que tange à atividade-fim, Paschoal (2022) recorda que, por previsão constitucional, cabe a Polícia Militar a preservação da ordem pública, agindo de forma preventiva ao crime, como garantidora da segurança do cidadão e do bem-estar social.

Portanto, pode-se afirmar que o policiamento montado, ao ocupar áreas estratégicas com elevada capacidade de dissuasão e visibilidade, potencializa essa função preventiva. A presença equestre, em especial em regiões de difícil acesso ou com grande concentração de pessoas, atua como fator de inibição criminal.

Assim, entende-se que a atuação do Regimento “Cassulo de Mello” alinha-se à lógica de redução da violência por meio da presença qualificada, aspecto que Paschoal (2022, p. 3) reconhece como central, ainda que sujeito a desafios como o controle social via mídias e a necessidade de legitimidade no uso da força.

Por fim, a atuação integrada do policiamento montado nas atividades meio e fim responde a um dos principais anseios institucionais destacados por Paschoal (2022, p. 13):

*criar mecanismo que possam atender todas estas exigências, desde um processo de aproximação com a comunidade [...] quanto as questões internas, com programas voltados a saúde e bem estar do policial militar.*

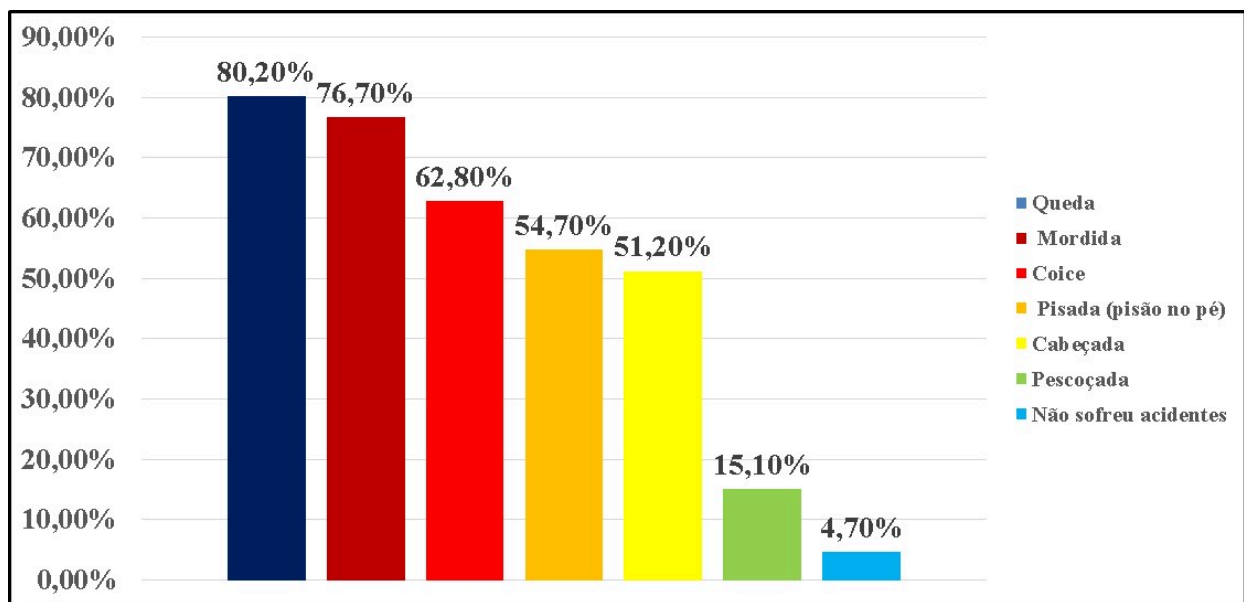
Ao mesmo tempo em que fortalece a presença preventiva e a dissuasão criminal (atividade-fim), a unidade montada assegura retaguarda logística e proteção de instalações (atividade-meio), contribuindo para a eficiência global e para a redução do desgaste profissional.

Dessa forma, o Regimento “Cassulo de Mello” exemplifica como a especialização com planejamento pode potencializar tanto os resultados externos a sensação de segurança pública quanto os internos a qualidade de vida no trabalho e a valorização da carreira policial, alinhando-se às reflexões de Paschoal (2022) sobre os desafios e as possibilidades de uma gestão institucional moderna e humanizada.

Com relação acidentes no ambiente laboral a pesquisa documental identificou que os tipos de acidentes registrados no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", 80,2% dos policiais militares já tiveram quedas, 76,7% já tiveram mordidas e 62,8% coices, entre outros.

**Gráfico 1:** Acidentes registrados no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello"





**Fonte:** Pesquisa Documental, 2026

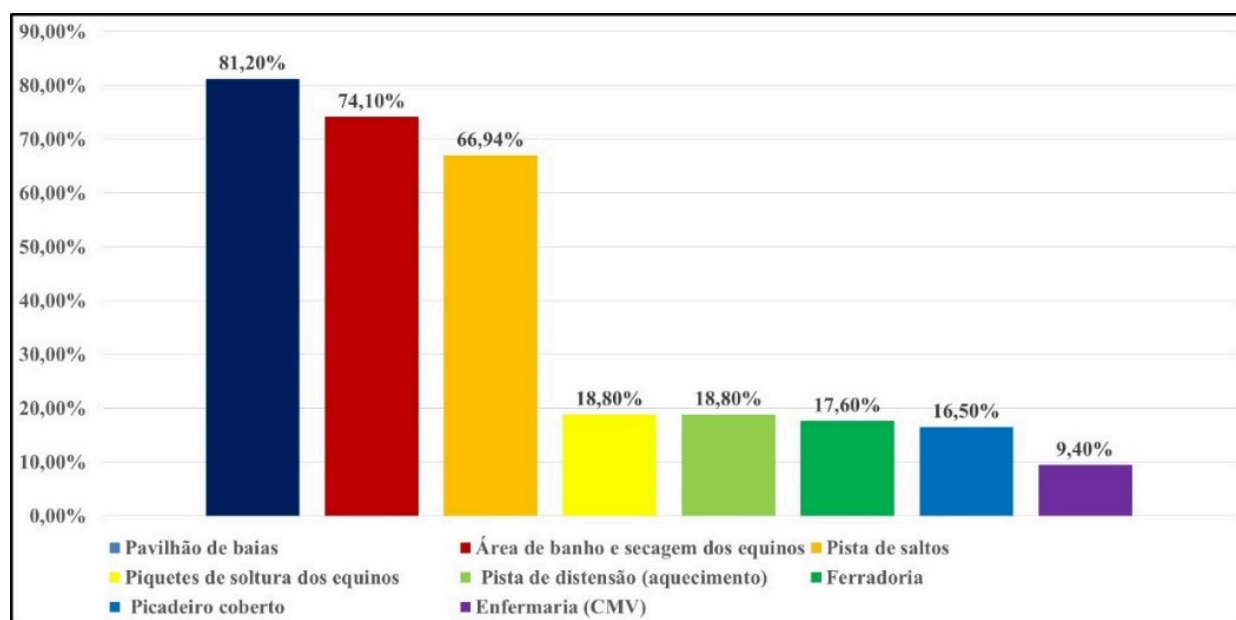
Os achados apresentados no gráfico 3 e considerando a especificidade das atividades dos policiais militares que atuam no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", cita-se a afirmação de Carvalho et al. (2020), quando diz que o contexto de trabalho impõe algumas exigências aos trabalhadores, as quais relacionam-se diretamente com a saúde desses profissionais, atingindo aspectos físicos e psicológicos, o que leva a uma cadeia de reações complexas a nível biológico, psicológico e social, podendo ocasionar o esgotamento ou até mesmo a exaustão dos recursos de cada indivíduo.

Dessa maneira, pode-se dizer que no ambiente laboral do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", há a possibilidade desses atores sociais sofrerem algum tipo de acidente, como acontece normalmente em qualquer outra organização, o que respalda a preocupação com os riscos relacionados com a atividade desenvolvida no contexto estudado, principalmente, com as quedas, mordidas e os coices, entre outros.

Ficou evidenciado os espaços físicos dentro do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" são mais propícios a ocorrência de

acidentes, foi apontado que 81,20% são as baias, 76,10% área de banho e secagem dos equinos, 66,94% pista de saltos, como mostra o gráfico 2.

**Gráfico 2:** Espaços físicos dentro do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" são mais propícios a ocorrência de acidentes



**Fonte:** Pesquisa Documental, 2026

Por se tratar de acidentes nos espaços físicos dentro do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", os resultados encontrados no gráfico 2, infere-se o entendimento que a PMPA precisa estar atenta à preservação da saúde e a integridade física dos seus policiais militares. Sobre essa questão cita-se a importância do cumprimento das premissas elencadas pela NR 9 que visa à preservação da saúde e integridade do trabalhador através da prevenção pelo conhecimento de riscos químicos, físicos e biológicos.

Nessa perspectiva, Takeuti; Saliba (2020), afirmam que o PPRa pode ser elaborado dentro de conceitos modernos de gestão, e ainda que o empregador tem autonomia para adotar um conjunto de medidas e ações que considere necessárias para garantir a integridade física de seus trabalhadores.

A atividade policial está inserida em realidades que envolvem exposições frequentes a contratempos. Policiais militares de diversos estados brasileiros são submetidos a altas cargas de estresse, lidam com acidentes e violências, tudo pautado na obrigação constitucional do Estado de oferecer segurança aos cidadãos, conforme previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Silva et al. (2025) já destacava o emprego do policiamento montado conforme a filosofia de polícia comunitária, Silva et al. (2025) e Jesus Bachur (2022) reforçam sua eficácia em grandes eventos e praças desportivas.

Por outro lado, Abreu (2017) pesquisou a qualidade de vida dos policiais militares do 2º Regimento de Polícia Montada de Santana do Livramento (RS) e constatou que esses profissionais são submetidos a ambientes hostis e inóspitos, enfrentando perigos constantes e arriscando a própria vida em prol da sociedade. Também sofrem com fatores adversos de ordem ambiental, organizacional, econômica, entre outros, que geram estresse.

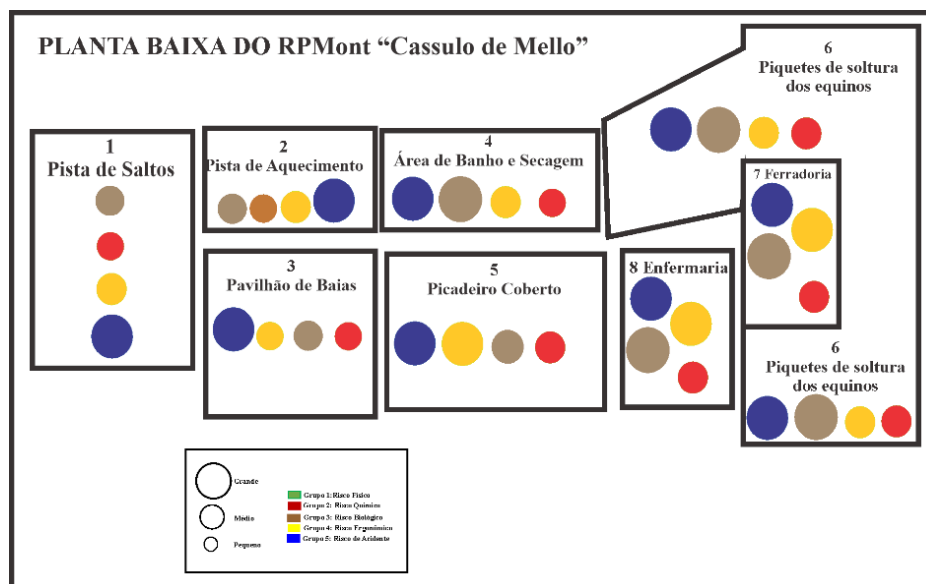
Jorge et al. (2013) estudaram indicadores biológicos em equinos de policiamento montado no Rio de Janeiro, evidenciando a necessidade de monitoramento das condições dos animais. Jesus Bachur (2022) aponta o emprego conjunto da cavalaria e da tropa de choque no controle de distúrbios civis como prática consolidada, enquanto Xavier e Blum (2025) discutem a gestão operacional mais eficiente entre policiamento ostensivo geral e especializado, e Moraes e Paula Cochek (2026) analisam estratégias de policiamento em grandes eventos de acesso gratuito, onde a tropa montada frequentemente se faz presente.

Diante deste contexto, depreende-se ser necessário elaborar o mapa de risco existente no ambiente laboral Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello" por ser uma forma de inspeção qualitativa realizada pelo próprio trabalhador no seu posto de trabalho, levando-se em consideração os agentes químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos.

#### **4.2. Elaboração do Mapa de Risco no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello"**

Com base, na análise discussão dos achados contidos na percepção dos policiais militares que atuam no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", elaborou-se o mapeamento dos riscos (Apêndice c). Doravante, será apresentado o Mapa de Risco elaborado com o objetivo de preservar a integridade dos policiais militares que atuam no Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello", para que seja possível tentar antecipar, reconhecer, avaliar e controlar possíveis ocorrências de riscos ambientais ou que venham a existir no ambiente laboral pesquisado, que podem ser visualizados na Figura 3.

**Figura 3:** Mapa de Risco do Regimento de Polícia Montada "Cassulo de Mello"



**Legenda:** 1 Pista de saltos, 2 Pista de distensão (Aquecimento), 3 Pavilhão de baias, 4 Área de banho e secagem dos equinos, 5 Picadeiro coberto, 6 Piquetes de soltura dos equinos, 7 Ferradoria e 8 Enfermaria (CMV)

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2026.

Diante dos riscos identificados na figura 5, pode-se afirmar que os referidos riscos apresentaram intensidade Alta e moderada, a maior quantidade de tipos de riscos foi diagnosticada nos setores de piquete de soltura de equinos e a enfermaria. Entre os riscos identificados, os riscos ergonômico e mecânico (ou de acidentes) foram os que mais se destacaram.

Von Diemen, Dick e Pinto (2019) investigaram as principais causas de absenteísmo nas organizações policiais militares e verificaram que a atividade de policiamento e os acidentes ocorridos nessa modalidade são de difícil prevenção, tendo o 4º Regimento de Polícia Montada sido o maior gerador de acidentes ocupacionais nos dois anos avaliados.

Uma reportagem da Winner Horse estima que a taxa de lesões em atividades equestres seja de um acidente a cada 350 horas de exercício, enquanto na motocicleta essa taxa é de um acidente a cada 7.000 horas de passeio. Os acidentes podem ocorrer tanto ao

cavalgar quanto no estábulo, durante o cuidado com os animais. Isso geralmente decorre de distúrbios de comportamento dos equinos, como agressividade, consequência de manejo inadequado, estresse, deficiência nutricional, entre outros fatores.

Benício (2020), ao propor um manual de policiamento montado em eventos, afirma que, se a ordem pública for abalada, o Estado tem o dever de intervir. Nessas ações, geralmente se empregam tropas a pé, sendo a tropa montada utilizada, em alguns países, como elemento de apoio às demais tropas.

Barbosa (2019) trata da aplicação da tropa montada diante da modernização da segurança pública e afirma que a polícia montada oferece, simultaneamente, uma presença robusta e preventiva, permitindo a realização de eventos públicos dentro dos padrões de segurança e servindo como lembrança do uso da força quando necessário

## **5. CONCLUSÃO**

Ao finalizar a presente pesquisa, foi possível constatar a presença de diversos riscos ambientais nas atividades desenvolvidas no Regimento de Polícia Montada “Cassulo de Mello”, os quais podem comprometer a integridade física e a saúde dos policiais militares, além de gerar impactos institucionais e custos significativos para a Polícia Militar do Pará. Nesse contexto, a pesquisa conseguiu identificar, descrever e sistematizar os principais fatores de risco existentes no ambiente laboral analisado, evidenciando que a temática investigada está diretamente relacionada à missão institucional da PMPA, tanto em suas atividades-fim, ligadas ao policiamento ostensivo montado e à preservação da ordem pública,

quanto em suas atividades-meio, associadas à gestão administrativa, à prevenção, à saúde ocupacional e à segurança no trabalho.

Os resultados obtidos demonstram que o mapa de riscos constitui um instrumento essencial para o reconhecimento dos agentes nocivos presentes no ambiente de trabalho, permitindo a adoção de medidas preventivas voltadas à redução de acidentes e ao fortalecimento das condições de segurança no regimento. A pesquisa conseguiu, portanto, elaborar um diagnóstico técnico do espaço estudado, oferecendo uma leitura clara e estratégica dos riscos ocupacionais a que os policiais militares estão expostos. Sua implementação no Regimento de Polícia Montada “Cassulo de Mello” mostra-se altamente relevante, pois amplia a percepção preventiva do efetivo, favorece a organização de um ambiente funcional mais seguro e contribui para maior eficiência institucional.

A contribuição desta pesquisa revela-se original e relevante para a área da segurança pública, especialmente no âmbito da PMPA, ao trazer um olhar técnico-científico para a análise dos riscos ocupacionais em uma unidade especializada da Corporação. Ao sistematizar dados sobre o ambiente laboral e propor o mapa de riscos como ferramenta aplicável à realidade do policiamento montado, o estudo oferece subsídios concretos para a formulação de soluções preventivas, para o aprimoramento da gestão de riscos ocupacionais e para a adoção de políticas internas voltadas à proteção da saúde do policial militar. Desse modo, o trabalho não apenas descreve um problema, mas também apresenta uma resposta prática e institucionalmente útil para a PMPA.

Além disso, verificou-se a necessidade de ampliação de estudos voltados às doenças ocupacionais relacionadas à atuação policial

militar no âmbito da cavalaria, bem como aos fatores que afetam a saúde dos profissionais que exercem essa atividade especializada. Dessa forma, torna-se indispensável a continuidade de ações institucionais voltadas à promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da segurança do efetivo, com atualização permanente do mapa de riscos sempre que necessário. Assim, conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que o Mapa de Riscos Ambientais elaborado se apresenta como ferramenta relevante para subsidiar a implantação de um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), fortalecendo simultaneamente as dimensões operacional e administrativa da missão institucional da PMPA.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Jeferson Fabricio da Silva. **A qualidade de vida dos policiais militares:** um estudo no 2º Regimento de Polícia Montada de Santana do Livramento, RS. 2017.

BARBOSA, Luan Rodrigues. **Aplicação da Tropa Montada Frente a Modernização da Segurança Pública.** 2019. 30 fls. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; SOARES, SP da S. **Equipamentos de Segurança.** São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

BENÍCIO, Sérgio Vieira. Proposta de manual de policiamento montado em eventos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 28343-28367, 2020.

BENTO, Jéssica Jakubiak; MATOSKI, Adalberto; CATAI, Rodrigo Eduardo. Coleta de lixo–ciência dos riscos: visão dos trabalhadores.



**COBENGE Engenharia: Múltiplos saberes.** Juiz de Fora-MG, 2014.

BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual de policiamento montado comunitário.** Curitiba, PR. 2005. 204 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. Portaria SSST n.º 25, de 29 de dezembro de 1994.** Aprova o texto da Norma Regulamentadora n.º 5 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n.º 1.471, de 24 de setembro de 2014.** Aprova o Anexo 1 – Vibração e o Anexo 2 – Exposição ao Calor da Norma Regulamentadora n.º 9 (NR-9). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora n.º 9 (NR-9): Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.** Brasília, DF: MTE, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994. Aprova o texto da Norma Regulamentadora n.º 9 e os anexos 1 e 2, altera a NR-5 e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 dez. 1994.

CARVALHO, Carlos Antônio Silva *et al.* Saúde e Segurança no Trabalho: um relato dos números de acidentes do trabalho e

doenças ocupacionais no Brasil (2012-2018). **Brazilian Journal of Business**, v. 2, n. 3, p. 2909-2926, 2020.

CASTRO, Maria Cristina; ROCHA, Ricelli; CRUZ, Roberto. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 20, n. 2, p. 525-541, 2019.

CHAVES MARTINS, Augusto; TEIXEIRA SANTOS, Lauriene. Mapa de riscos em uma escola da rede estadual de ensino. GeSec: **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 7, 2023.

CLEMENTE, Dino Cesar Silva; OLIVEIRA, Aline Albuquerque de; LEITE, João Jaime Giffoni. Elaboração e implantação dos mapas de riscos ambientais dos laboratórios dos cursos de saúde da Fametro. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 6, n. 1, 2018.

VON DIEMEN, Vinícius; DICK, Nídea Rita Michels; DO NASCIMENTO PINTO, Joséli. Principais Causas de Absenteísmo nas Organizações Policiais Militares Atendidas na FSR-APM em 2013 e 2014. **Saúde e desenvolvimento humano**, v. 7, n. 1, p. 25-36, 2019.

FREITAS, Dryelle Rodrigues; BARBOSA, Leandro César Mol. Análise ergonômica de um posto da polícia militar de Minas Gerais: Um estudo de caso. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e102101018688-e102101018688, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica**. Editora Vozes, 2025.

GUIMARÃES, Abraão. **Quando o Ambiente Adoece: Burnout e a luta por qualidade de vida**. Editora Dialética, 2025.

JORGE, Maria Luisa Lorêdo Abreu et al. Atividade da fosfatase alcalina no lavado broncoalveolar de equinos de policiamento montado no Estado do Rio de Janeiro. **Ciência Rural**, v. 44, n. 1, p. 92-96, 2013.

JUNIOR, Dirceu Xavier Rosa. ACIDENTES DE TRABALHO COM POLICIAIS MILITARES: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 1, p. e412627-e412627, 2023.

JESUS BACHUR, Márcio Iantorno. Policiamento montado em praças desportivas: uma análise sobre a atuação da tropa montada face a atuação do Batalhão Especial de Policiamento em Estádios e propostas de normatização das ações. *Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar*, n. 5, p. 43-76, 2022.

JÚNIOR, Leonidas Soares Murta; OLIVEIRA, Erica Karolina Barros. Zoneamento do risco de incêndios florestais no município de Itinga, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. **Scientia Naturalis**, v. 6, n. 1, 2024.

LERMEN, Fernando Henrique et al. Elaboração do Mapa de Risco em uma indústria de Biossegurança. **Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção**, v. 4, n. 6, p. 78-91, 2016.

LUCIANO, Érik Leonel et al. Gerenciamento de riscos ocupacionais: uma nova proposta de segurança do trabalho. **South American Development Society Journal**, v. 6, n. 17, p. 156-156, 2020.

MACENA, Raimunda Hermelinda Maia et al. Biomecânica e ergonomia no trabalho de policiais militares condutores de viaturas:

estudo de caso em Fortaleza-CE. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 2, p. 138-153, 2022.

MARTINS, Augusto Chaves; SANTOS, Lauriene Teixeira. Mapa de riscos em uma escola da rede estadual de ensino. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 7, p. 11864-11876, 2023.

MORAES, Anderson Couto; PAULA COCHEK, Maylon Eduardo. ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO EM GRANDES EVENTOS DE ACESSO GRATUITO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA DNAISP E O PLANEJAMENTO TÁTICO DA PMPR NO" VERÃO MAIOR PARANÁ 2026". **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2026.

NASCIMENTO, Jacy Carvalho et al. O processo de elaboração do Mapa de Riscos de uma Escola Pública: uma experiência pedagógica. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, p. e2584854-e2584854, 2019.

PARÁ. **Lei Complementar nº 093 de 14 de janeiro de 2014**. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências. Pará: Assembleia Legislativa, 2014. Disponível em: [http://www.pm.pa.gov.br/?q=leis\\_estaduais](http://www.pm.pa.gov.br/?q=leis_estaduais). Acesso em 20 abr. 2026.

PARÁ. **Lei Complementar n.º 053, de 7 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 8 fev. 2006.

PASCHOAL, Ademar Carlos. Reflexos institucionais: perspectivas, desafios e ameaças relacionadas a atividade fim da Polícia Militar/Institutional reflexes: perspectives, challenges and threats

related to the Military Police. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 18576-18591, 2022.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Análise de riscos nos locais de trabalho**: conhecer para transformar. São Paulo: Instituto Nacional de Saúde no Trabalho, 2000.

Prevenção e segurança na prática de esportes equestres. **Winner Horse**, 17 de Junho de 2022. Disponível em: <https://winnerhorse.com.br/prevencao-e-seguranca-na-pratica-de-esportes-equestres/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

PROCÓPIO, Jeciane Cristina; OLIVEIRA, Ramon Denner. Desafios da saúde e segurança do trabalho nas instituições de segurança pública de Minas Gerais. Avante: **Revista Acadêmica da Polícia de Minas Gerais**, v. 1, n. 9, 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Ed. Editora Feevale, 2013.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PGR**: Avaliação e controle dos riscos ambientais. LTr Editora, 2023.

SANTOS OLIVEIRA, Ricardo; SANTOS, Paulo da Cruz Freire. **Os Acidentes de trabalho no âmbito de uma organização militar**. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública-REBESP, v. 13, n. 2, p. 110-133, 2020.

SANTOS, Luiz Ricardo. O POLICIAL MILITAR COMO AGENTE DE TRÂNSITO: ESPECIFICIDADES NA PRÁTICA DA SEGURANÇA

PÚBLICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 11, p. 377-385, 2021.

SANTOS MADALUZ, Valquiria Fatima et al. **MAPA DE RISCO**. Área Engenharias e Exatas-3º Seminário de Ensino e Extensão, v. 1, n. 01, p. 17-23, 2025.

SARTÓRIO, Márcio Eugênio. **Padronização de doutrinas para a implantação e manutenção de organizações policiais militares de policiamento montado**. Rio de Janeiro, RJ. 2005. 113 p.

SILVA, Geélison Ferreira da et al. A construção institucional da força policial e os padrões de policiamento na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 44, p. e283513, 2025.

SILVA, Weslei Melo et al. Conhecimento sobre as condições de saúde de policiais militares atuantes em uma Companhia Independente de Polícia Militar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 19, p. e228-e228, 2019.

TAKEUTI, Erika Tamy Almeida; SALIBA, Tânia Adas. Levantamento de medidas de prevenção a doenças ocupacionais. **Archives Of Health Investigation**, v. 9, n. 1, 2020.

VELASCO, Jaqueline Cristina; MOLINA, Viviane Bressane Claus. Condições de trabalho, saúde e segurança dos colaboradores das unidades de alimentação e nutrição. **Revista Multidisciplinar da Saúde**, v. 2, n. 3, p. 16-31, 2020.

VON DIEMEN, Vinícius; DICK, Nídea Rita Michels; NASCIMENTO PINTO, Joséli. Principais Causas de Absenteísmo nas Organizações

Policiais Militares Atendidas na FSR-APM em 2013 e 2014. **Saúde e desenvolvimento humano**, v. 7, n. 1, p. 25-36, 2019.

XAVIER, Muriel; BLUM, Wagner Henrique. Os princípios do emprego operacional da Polícia Militar do Paraná e os princípios do policiamento ostensivo: uma análise comparativa. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 2, p. e626204-e626204, 2025.

YIN, Robert. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 3. ed. Tradução D. Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2015.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.instagram.com/cavalariapmpaoficial/>.

Acesso em 16 abr. 2026